



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0005026-82.2010.8.17.0000 (0211437-8)

070

COMARCA: PALMARES – PE

IMPETRANTE: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

PACIENTE: WELLINGTON SILVA E SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO DE ILÍCITO DE ENTORPECENTES CONSISTENTE NA COMERCIALIZAÇÃO DE SEIS PEDRAS DE "CRACK" e QUATRO "TROUXAS" DE MACONHA. DEFESA PRÉVIA APRESENTADA. DENÚNCIA RECEBIDA. AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO DESIGNADA PARA O DIA 18/06/2010. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO EXPRESSA. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO. CONSTRANGIMENTO. ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

- 1234
1. Vedação a concessão de liberdade provisória a autores de crimes tipificados no art. 33, da Lei Antidrogas está amparada no art. 44, da Lei nº 11.343/06, que proíbe a concessão do benefício.

2. Excesso de prazo justificado na formação da culpa de paciente preso em flagrante por tráfico ilícito de entorpecente não configura constrangimento ilegal especialmente se for considerado a vedação contida na lei que antedroga que expressamente proíbe a concessão de liberdade provisória.
3. Desta maneira, de acordo com as informações do juiz *a quo* a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 18 de junho de 2010, sendo prudente a manutenção da custódia cautelar e aguardar a realização desta.
4. Ordem denegada.

071

ACÓRDÃO

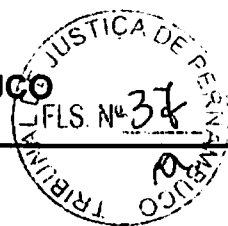
Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº 0005026-82.2010.8.17.0000 (0211437-8), em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem requerida, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife 1º de junho de 2010.


DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/ Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0005026-82.2010.8.17.0000 (0211437-8)

072

COMARCA: PALMARES – PE

IMPETRANTE: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

PACIENTE: WELLINGTON SILVA E SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se ordem de *habeas corpus* impetrada pelo advogado João Ferreira de Almeida em favor de WELLINGTON SILVA E SOUZA apontando como autoridade coatora a juíza de Direito da comarca de Palmares, alegando constrangimento ilegal por excesso de prazo. Ao final, pugna pela expedição do competente alvará de soltura em seu favor.

O impetrante fundamenta a pretensão à ordem alegando que o paciente foi em preso flagrante no dia 18 de dezembro de 2009, por suposta violação ao art. 33, da Lei nº 11.343/06. Aduz, que a Lei Antitóxico estabelece prazo para a audiência de instrução e julgamento respeitem os limites nela fixados, pois até aqui, a demora é injustificada. Acrescenta, que não há culpa formada e o paciente se encontra preso a mais tempo do que determina a lei.

A autoridade indicada coatora prestou informações as fls 21/22 .

A Douta Procuradoria de Justiça em parecer as fls 28/32, opina pela denegação da ordem.

É O RELATÓRIO.

fcsi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0005026-82.2010.8.17.0000 (0211437-8)

073

COMARCA: PALMARES – PE

IMPETRANTE: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA

PACIENTE: WELLINGTON SILVA E SOUZA

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Cuida-se de ordem de *habeas corpus* impetrada pelo advogado João Ferreira de Almeida em favor de apontando como autoridade coatora a juíza de Direito da comarca de palmares, objetivando a concessão de *writ*.

A impetração busca a liberdade provisória do paciente preso em flagrante no dia 18 de dezembro de 2009, por suposta violação ao art. 33, da Lei nº 11.343/06, ao argumento de que este possui direito subjetivo de conservar a sua liberdade já que a concessão da benesse não se encontra vetada pela natureza da imputação e o paciente reúne as condições para responder o processo em liberdade.

Salienta, que o §2º do art. 56 da lei acima referida fixa um prazo de trinta dias do recebimento da denúncia para a realização da audiência de instrução e julgamento se o acusado estiver preso. Contudo, essa mesma lei não determina prazo para realização do interrogatório do preso. Defende, que todos os procedimentos devam ser realizados dentro de um juízo de razoabilidade.

Diz que a justificativa do juiz pelo extrapolamento do prazo não é plausível. Entende que a manutenção da prisão do paciente configura constrangimento ilegal, a demora verificada é injustificável e não pode ser atribuída a defesa nem ao paciente.

fcs/



Informa, o impetrante, que o paciente é primário, pessoa de boa família, possui residência fixa, radicada na cidade, com ocupação lícita e sem antecedente criminal.

Em suas informações a autoridade indicada coatora, relata que o paciente foi denunciado por praticar comércio ilegal de entorpecente consistente em seis pedras da substância denominada "crack" e quatro "trouxas" de maconha. Informa, que a defesa prévia escrita foi apresentada acompanhada de pedido de liberdade provisória, sendo esta, indeferida. Informa, outrossim, que a denúncia foi recebida tendo designado audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de junho do ano em curso (2010). Ao final, informa, que a demora referida pelo impetrante se deve a não devolução da carta precatória cumprida pela comarca do Recife.

A douta Procuradoria de Justiça diz em seu parecer que pequeno retardo na instrução do feito não caracteriza constrangimento ilegal. Entende que o pedido não merece acolhida. Para tanto, diz que a informação da juíza *a quo* fornece suficiente justificativa para pequena demora na instrução criminal. Opina pela denegação da ordem de *habeas corpus*.

O procedimento relativo ao tráfico de drogas é previsto nos arts. 55 a 58 da Lei nº 11.343/06. No âmbito da lei de drogas os atos do processo são concentrados em audiência única. Antes do recebimento da denúncia o acusado é notificado a apresentar defesa prévia escrita no prazo assinalado pela lei. E, o juiz *a quo*, depois de receber a denúncia designará data para audiência de instrução e julgamento, é o que se afigura das informações prestadas.

Como se sabe, o rito processual dos crimes relativos a entorpecentes é especial conforme opção do legislador ordinário. *In casu*, há um lapso temporal que não deve ser atribuído ao Juízo. O prazo processual para a formação da culpa apresenta pequena demora, mas nada que exceda a razoável duração dos processos nem que submeta o paciente a constrangimento ilegal conforme alegado na impetração.



Por outro lado, a Lei nº 11.343/06 não fixa um prazo determinado para o encerramento da instrução do processo. No caso, o feito tramita com regularidade, pois o juiz a quo deve sempre que possível atender ao princípio da razoabilidade. Acrescente-se, ainda, que prazo não é grandeza matemática que se possa precisar o seu termo.

No caso dos autos, o lapso temporal decorrido não caracteriza extrapolamento do prazo processual. Desta maneira, não se vislumbra qualquer constrangimento ilegal ao direito de liberdade do paciente sanável pela via eleita. Acrescente-se, mais, que não houve qualquer desídia, descaso ou morosidade na tramitação do feito que pudesse constituir-se em constrangimento ao direito de locomoção do paciente.

Consigne-se, também que circunstâncias subjetivas pessoais do acusado por si sós não autorizam a concessão da liberdade provisória quando presente os motivos que autorizam a prisão preventiva.

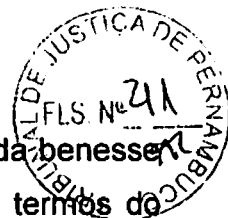
O pleito de liberdade provisória defendido pelo impetrante não deve prosperar já que a vedação contida no art. 44, da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão do benefício. Além disso, a inafiançabilidade do crime imputado ao paciente evidencia que a liberdade provisória não pode ser concedida.

É notório que o inciso XLIII do art. 5º, da CF/88, estabelece que o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins a lei considerará crimes inafiançáveis, evidenciando que a liberdade provisória não pode ser concedida. Com isso, o pleito do impetrante não deve ser atendido em face da vedação expressa do art. 44 da Lei nº 11.343/06, proíbe a concessão de liberdade provisória aos autores de crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Na linha do entendimento da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, "a vedação expressa do benefício da liberdade provisória aos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes, disciplinada no art. 44 da Lei n.º

fcsf

076



11.343/06 é, por si só, motivo suficiente para impedir a concessão da benesse ao réu preso em flagrante por crime hediondo ou equiparado, nos termos do disposto no art. 5.º, inciso LXVI, da Constituição Federal, que impõe a inafiançabilidade das referidas infrações penais". HC 134167/GO, relator Min. JORGE MUSSI, julgado em 03/11/2009.

Desta forma, o alegado constrangimento ilegal alegado pelo paciente restou não caracterizado e, em consonância com o parecer da Douta Procuradoria de Justiça, o meu voto é pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

fcsi